

La razón de mi vida: Eva
Perón e o protagonismo
político por meio do discurso
da coadjuvação

La razón de mi vida: Eva
Perón and the protagonism
through the discourse of
coadjuvation

Bruno Sanches Mariante Silva¹

Ivana Aparecida da Cunha Marques²



Resumo: Maria Eva Duarte de Perón (1919-1952) ascendeu ao poder argentino como primeira-dama, juntamente com seu esposo Juan Domingo de Perón (1895-1974), eleito presidente do país em 1946. Personagem popular e contraditória, Eva Perón foi, e continua sendo, objeto recorrente de pesquisas históricas e historiográficas que buscam, majoritariamente, compreender o seu protagonismo nas ações de ajuda social direcionadas para as camadas marginalizadas do país, especialmente mulheres, crianças e idosos. Outras pesquisas ocupam-se em analisar sua liderança na organização feminina argentina em prol do sufrágio feminino, conquistado em 1947. Partindo dessas suas atuações no peronismo, como ficou conhecido o projeto político presidido por Perón, o intuito do presente trabalho será o de propor uma análise sobre as representações de gênero manejadas pela primeira-dama, especialmente com o propósito de compreendermos como Evita entendia o feminismo, os papéis sociais das mulheres argentinas e o processo de inserção delas no espaço público e de decisões. Para tanto, será utilizado como fonte a sua autobiografia *La Razón de mi Vida (1951)*, uma obra em que o peronismo, por meio da primeira-dama, apresentou as suas percepções acerca da trajetória de Eva Perón, da participação política das mulheres e do próprio peronismo.

Palavras-chave: Eva Perón; mulheres; peronismo; biografias.

Abstract: Maria Eva Duarte de Perón (1919-1952) rose to power in Argentine as first lady, along with her husband Juan Domingo de Perón (1895-1974), elected president of the country in 1946. Popular and contradictory character, Eva Perón was, and it continues to be, a recurring object of historical and historiographical researchs, which seeks, mostly, to understand her role in social assistance actions directed to the marginalized social layers of the nation, especially women, children and the elderly. Other research is concerned with analyzing her leadership in Argentine women's organization in favor of women's suffrage, achieved in 1948. Based on her actions in



Peronism, as became known the political project led by Perón, the purpose of this work is to propose an analysis of gender representations handled by the First Lady, especially with the purpose of understanding how Evita understood feminism, the social roles of Argentinian women and the process of inserting them into the public and decision-making space. For all of this, her autobiography *La Razón de mi Vida* (1951) will be used as a source, a work in which Peronism, through the First Lady, presented its perceptions about Eva Perón's trajectory, the political participation of women and of Peronism itself. **Keywords:** Eva Perón; women; peronism.



Introdução

No dia 06 de maio de 2019 iniciava-se em Los Toldos, cidade próxima a Buenos Aires, uma grande vigília pública. Durante toda a noite e madrugada, artistas e a população em geral lembraram e celebraram o centenário de nascimento da personagem local mais importante: Eva Perón, “la abanderada de los humildes” – a porta-estandarte dos humildes. Como em sua cidade natal, na capital federal e em outras tantas municipalidades argentinas ocorreram homenagens a sua memória. Passadas mais de seis décadas de seu falecimento, a figura histórica – e mítica – de Eva Perón permanece significativa e vigorosa na Argentina. Nesse sentido, é relevante apontarmos, em consonância com Capelato (2009), que hoje, naquele país, o peronismo é ainda uma força política sustentada por imagens, símbolos e mitos muito presentes no imaginário coletivo⁵. O presente texto é também um esforço de compreendermos a construção do mito Eva Péron no bojo de atuação da propaganda peronista.

Maria Eva Duarte de Perón (1919-1952) chegou ao poder na Argentina como primeira-dama em 1946, quando seu esposo Juan Domingo Perón (1895-1974) foi eleito Presidente da República. Perón foi o responsável por criar o Partido Justicialista (PJ), também denominado de Partido Peronista (PP), intitulando o projeto político idealizado e liderado por ele e Eva Perón, tanto conhecido como “Justicialismo” como “Peronismo”. Entre as principais bases de atuação do governo estava a questão do fim da exploração aos trabalhadores e o atendimento de demandas sociais dos *descamisados*, designação que se referia especialmente aos grupos pobres e marginalizados – e defensores da figura de Perón - da Argentina daquele período⁴.

A assistência social seria um caminho para que se pudesse alcançar a justiça social, apontada como finalidade máxima desse projeto político, oferecendo, inclusive, sentido etimológico para “Justicialismo”. No que se refere a resolução de demandas sociais, Evita (apelido pelo qual Eva Péron ficou conhecida) desempenhou papel central, servindo como elo entre Perón e os *descamisados*. Além disso, foi ela a encarregada de liderar um movimento de mulheres em prol da conquista do voto feminino na Argentina, conquistado legalmente em 1947, no primeiro governo de Perón.

A proposta desse artigo é investigar e refletir sobre como Evita Perón atuava e se posicionava na esfera pública argentina, principalmente no que tange à sua compreensão sobre os papéis sociais que deveriam ser desempenhados pelas mulheres daquele país (inclusive por ela mesma), num contexto em que



elas começavam a ter maior acesso a direitos políticos e sociais. Nesse sentido, destaca-se a reflexão sobre os papéis de coadjuvante nos quais Evita é colocada, ou coloca-se. Visando alcançar tais objetivos, escrutinaremos a autobiografia de Eva Perón, *La Razón de mi Vida*, publicada em 1951, que, entre outros assuntos, trata das experiências e percepções da primeira-dama acerca da Argentina sob o governo peronista até aquele momento. Deter-nos-emos com maior atenção na análise de passagens da obra concernentes à temática das mulheres, suas lutas e perspectivas.

La razón de mi vida: história e escrita biográfica

Na contemporaneidade, o gênero biográfico ainda causa celeumas entre historiadores, especialmente em torno dos entendimentos acerca das relações entre a vida de um sujeito e o contexto social no qual ele se articula. Para muitos, a biografia seria apenas uma narrativa enfadonha de fatos que se encadeiam em direção a um fim mais ou menos previsto (SCHMIDT, 2017). Entretanto, o estudo sobre a vida de um indivíduo não precisa desvinculá-lo da conjuntura social e isolá-lo do espaço-tempo no qual ele se encontra, mas sim, mapear elementos que o conectem ao seu contexto. Nesse sentido, Schmidt aponta que “não há receita para encontrar a ‘justa medida’ entre ações individuais e determinações coletivas. Talvez só na própria construção na narrativa tal questão possa se resolver (ou não) [...]” (SCHMIDT, 2017, p. 46). Nesse sentido, Zimmermann e Medeiros (2004, p. 35) destacam que “O indivíduo se insere na ideia de história processo, onde pode ser sujeito e sujeitado dentro das permanências e mudanças históricas.”. Então, para elas, a biografia é um espaço fértil para o estabelecimento de relações entre o indivíduo e a sociedade dentro das diferentes temporalidades históricas. Segundo Loriga (2011), o que está em jogo para o historiador não reside nem no geral nem no particular, mas em sua conexão. É a circulação entre as partes e o todo.

Na segunda metade do século XX, com o movimento da Nova História – e suas propostas de mudanças teórico-metodológicas – as (auto)biografias adquiriram o status de documentos históricos, engendrando-se, a partir de então, como elementos de relevância para a História, uma vez que por meio delas seria possível compreender formas diferenciadas de sistematização e representação de eventos históricos (AURELL, 2014). O sociólogo francês Pierre Bourdieu (2006) apontou os riscos da “ilusão biográfica”. Para ele, a busca em reconstituir a história de vida de um personagem (ou de si próprio) deve considerar que



nem sempre os acontecimentos seguem uma lógica cronológica e pedagógica. A ilusão está em imaginar que as trajetórias pessoais são coerentes e coesas desde o início, desconsiderando que os sujeitos são contraditórios e, por isso, suas ações e atuações podem ser incoerentes (BOURDIEU, 2006). Ilusão notadamente destacada nas escritas autobiográficas.

A narrativa autobiográfica tem ligações tanto com a história como com a ficção, pois os processos do recordar, na constituição da memória, implicam uma teoria ficcional. Ficção no sentido etimológico de *fictio*, criação, e não de falseamento, pois a autobiografia se estrutura como relato construído a partir de uma relação pessoal percebida como autêntica e não ficcional, que se projeta no campo do conhecimento histórico pela busca do saber e da compreensão, no campo da ação pelo compartilhar de uma experiência, e no campo da arte por se tratar de uma narrativa literária (SILVA, 2012, p. 51-52)

Especificamente sobre autobiografias de mulheres, Margareth Rago (2018) apontou que “educadas para a maternidade, para serem missionárias, enfermeiras e professoras, as mulheres são tacitamente convidadas a esquecerem-se de si mesmas, a renunciarem a si mesmas e a cuidarem do outro antes de qualquer coisa” (RAGO, 2018, p. 206-207). O que, historiograficamente, configurou-se em um menor número de trabalhos escritos por mulheres sobre suas vivências. Buscamos nesse texto evidenciar que foi, precisamente, esse esquecer-se de si, uma renúncia de si, que estruturara a narrativa autobiográfica de Eva Péron.

As expressões e memórias femininas negociadas, presentes nas biografias, trazem em seu bojo uma carga de subjetividades e sentimentos. Porém, ainda prevalece uma noção estática – inclusive nos escritos historiográficos – que, ao dicotomizar as esferas pública e privada, relega às mulheres o papel do cuidado com o espaço doméstico (ZIMMERMANN; MEDEIROS, 2004). Logo, escrever sobre figuras femininas significa também ter acesso as experiências das mulheres em ambas as instâncias, de modo a compreendê-las como agentes históricas, ativas e atuantes.

Refletindo sobre gênero e narrativas biográfica, Benito Schmidt (2006) apontou a discrepância existente no núcleo gaúcho do Partido Comunista Brasileiro ao recordar duas militantes. O que chamou a atenção do autor foi que uma das personagens, por transgredir códigos morais, por não ter se casado ou tido filhos, por frequentar rodas de boêmia, beber, jogar e usufruir de uma



sexualidade mais livre, não foi incluída no rol de personalidades célebres do partido, mesmo tendo atuado de forma contundente nos anos 1930 e 1940. A outra militante era uma poetisa comedida, soturna, de vida privada pacata e, assim, fora representada como “uma pérola incrustada no coração operário do Rio Grande” (SCHMIDT, 2006, p. 29). Os casos narrados por Schmidt evidenciam uma interpenetração dos aspectos públicos e privados nas narrativas biográficas, especialmente em questões de gênero⁵.

A existência de uma noção de sujeito universal, masculino, empurrou, em muitos casos, as mulheres para a invisibilidade do âmbito doméstico. Assim, Soihet, referiu-se a abordagem biográfica de mulheres como vantajosa:

A abordagem biográfica pode ajudar a situar no centro da problemática a experiência social das mulheres, não como uma essência qualquer que nos confiaria o segredo de uma identidade feminina hipostasiada, mas como “um perpétuo vai-e-vem entre o dado e o vivido, o objetivo e o subjetivo, as determinações e as margens de manobra: um vai-e-vem no qual se inscreve o projeto de uma vida e que se constrói e reconstrói sem cessar universo social no qual se afirmam enquanto sujeitos, os indivíduos e os coletivos” (SOIHET, 2003, p. 47).

As representações de gênero estão muito presentes nas formas como as vidas das mulheres são significadas e narradas, tanto nas biografias escritas sobre elas quanto na própria existência (ou não) de autobiografias criadas por essas sujeitas. Eva Péron, por exemplo, fundamenta-se, significativamente, em papéis e representações de gênero normatizadas para mulheres na primeira metade do século XX. Nesse sentido, é importante refletirmos sobre o conceito de gênero como o faz a filósofa Judith Butler (2003), para quem pensar gênero é, fundamentalmente, pensar as performances de corpos. A autora afirma que “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2003, p. 59). Desse modo, o conceito de gênero, “[...] como interpretação múltipla do sexo” (Butler, 2003, p. 24), construído cultural e socialmente, está atrelado a condições históricas, espaciais, de classe, raça, etc., de modo que, ao mesmo tempo que não confere uma explicação totalizante ao que o sujeito é, ganha especificidades e novas significações de acordo com cada



contexto. Eva Perón, assim, pode ser entendida como alguém que representou e moldou-se – incluindo seus discursos, gestualidades, indumentárias, etc. – de acordo com o sistema político-jurídico do peronismo na Argentina da primeira metade do século XX. Paradoxalmente, isso não significa que Evita não forjou estratégias de atuação e representação que a fizeram obter prestígio e proeminência política.

Fonte primordial dessa análise, a autobiografia de Eva Perón, *La Razón de mi Vida*, foi publicada no ano de 1951, em Buenos Aires, quando ela já encontrava-se enferma de um câncer uterino. A obra foi escrita pelo jornalista espanhol Manuel Penella da Silva como *ghost-writer*, que coletou depoimentos da primeira-dama durante meses. Narrado em primeira pessoa, o texto agrega a descrição dos sentimentos e percepções de Eva Perón sobre o peronismo e muitos dos seus elementos-chave, como a força sindical, a oposição, as mulheres e, principalmente, Juan Perón.

Por mais que, através de suas páginas falo dos meus sentimentos, de meus pensamentos e da minha própria vida, em tudo o que tenho escrito, o menos advertido de meus leitores não encontrará outra coisa que a figura, a alma e a vida do General Perón e do meu entranhável amor pela sua pessoa e pela sua causa. (DUARTE DE PERÓN, 2016, p. 09).

Alicia Ortiz (1997, p. 323), que se dedicou a elaborar uma biografia de Eva Perón, afirmou que Juan Perón opôs-se à produção do livro, mas que o desejo de Evita pela elaboração da obra teria prevalecido. Entretanto, com a primeira-dama muito adoecida e debilitada, Raúl Mendé, ministro de Assuntos Técnicos do governo de Perón, sob os mandos do presidente, teria sido responsável por fazer a revisão da obra, o que teria tornado o livro “[...] irreconhecível. Não satisfeito de escoimá-lo das concepções fundamentais, [Mendé] salpicou-o de elogios a Perón, grandiloqüentes e desvairados [...]”, segundo Ortiz (1997, p. 324). Desse modo, mais do que a figura de Manuel Penella, incumbido por dar forma à discursividade de Eva, – o que fez com a supervisão da primeira-dama, segundo Ortiz (1997) – outras forças atravessaram a construção da narrativa. É possível pensarmos que, com tais alterações no texto, o presidente Perón preocupava-se com a recepção do livro na sociedade argentina e como ela, possivelmente, faria de Evita uma figura mais inflamada politicamente. Nesse contexto, a obra teria perdido parte de sua autenticidade, mas, ao mesmo



tempo, manteve as partes que interessavam aos objetivos do peronismo. E é a partir desse viés interpretativo que ela deve ser analisada.

O livro foi um êxito editorial gigantesco de vendas, além de ter sido também adotado como manual didático para os/as estudantes argentinos/as, convertendo a leitura desse material em tarefa quase obrigatória. Souza (2016) apresenta dados quantitativos sobre a obra, evidenciando sua dimensão e relevância histórica. Segundo a autora, “*La razón de mi vida*”:

Teve uma tiragem de 1.388.852 exemplares e texto de Manuel Penella de Silva, corrigido por ordem de Perón. Por lei, o livro foi convertido em texto para escolas e universidades. Traduzido primeiramente para árabe e depois para o português e para o inglês. 300.000 cópias foram vendidas em três edições de luxo encadernadas e com capa dura. 150.000 foram vendidas somente no primeiro dia de publicação (SOUZA, 2016, p. 67).

A grande interferência de Perón e seus ministros no texto de Manuel Penella revelam o controle sobre o material produzido e a intenção de utiliza-lo como elemento de propaganda⁶. A inserção dessa obra nas escolas e universidades⁷ também fez parte da difusão da propaganda peronista, a qual se mostrou uma vantajosa estratégia para o fortalecimento do projeto de organização das massas em torno da doutrina justicialista. Contudo, apesar da autoria textual de Penella e das ingerências peronistas, o sentido que se deu a obra é a de ser de autoria de Eva Perón, e assim foi apresentada e celebrada, e é desse modo que vamos nos referir a ela no presente texto.

Aqui utilizamos a edição de 2016 publicada pelo Museu Eva Péron e já traduzida para o português. A obra é dividida em um prólogo e mais três partes, que se fragmentam em pequenos capítulos. No prólogo, Eva ressaltou que as suas experiências e sentimentos convertidos em palavras no livro não eram, na verdade, sobre ela, mas sobre seu amor por Perón. Na primeira parte, intitulada “As causas da minha missão” e composta por dezoito subcapítulos, a primeira-dama destacou que era movida por seus sentimentos, e por meio deles que ela percebia as injustiças sociais como uma lógica produzida e antinatural. Dessa forma, o sentimento a encheu de indignação e a impulsionou a lutar pelo fim da pobreza do povo argentino. Na segunda parte do livro, denominada de “Os trabalhadores e a minha missão” e composta por vinte e oito subcapítulos curtos, Eva analisou, de forma breve, a questão do seu trabalho social desenvolvido no



prédio da Secretaria do Trabalho e Previsão, onde ela atendia os trabalhadores e suas demandas. Por fim, na terceira parte, chamada de “As mulheres e minha missão”, formada por treze curtos subcapítulos, Eva se reconheceu como condutora espiritual das mulheres do Movimento Político Feminino, porém, ressaltou que isso só era possível graças a atenção especial dada por Perón à questão feminina.

O fato é que a obra narra a esfera política, com Evita estando nela inserida. Dentre outros temas – como a aversão à oligarquia e a função da imprensa peronista –, Eva tratou das suas interpretações acerca dos papéis sociais das mulheres na Argentina daquele período, incluindo os seus.

O peronismo, as mulheres e a questão do voto feminino

A doutrina peronista fora denominada de justicialista, termo cujo radical derivada palavra justiça. Seus ideais seriam pautados no pressuposto da busca pela justiça social, liberdade econômica e soberania nacional, e apresentavam-se como um terceiro viés que, teoricamente, passaria ao largo da dicotomia comunismo versus capitalismo. A doutrina pregava o fim da exploração dos trabalhadores, sujeitos nos quais ela encontrou o seu pilar político. Assim, o governo peronista obteve na organização política das massas uma forma de ‘preparar’ esses indivíduos para serem liderados por seus condutores (Eva e Juan), o que significava controlá-los e impedir a formação de qualquer movimento classista.

A defesa do sindicato único foi uma bandeira de Perón, que, segundo ele, se daria por meio do combate à oposição e a qualquer pluralismo ideológico, o que resultaria no acossamento promovido aos sindicatos comunistas. Para Sá (2016, p. 89): “A política social do governo da revolução caracterizou-se pelo rigor. Tratava-se de um paternalismo autoritário que exigia a obediência e disciplina dos trabalhadores em troca de alguns benefícios sociais.”.O seu plano político de controle dos sindicatos, relacionado a extensão e cumprimento de direitos trabalhistas, era desenvolvido, em grande parte, pela *Secretaria de Trabajo y Previsión*, criada em 1943, antes de Perón ascender à presidência. A secretaria também agregava funções da assistência social, como o atendimento de populações marginalizadas e alijadas do mundo do trabalho, como idosos, crianças e pessoas com deficiência (LUCIANI, 2017, p. 18). Já com Perón na presidência, esse atendimento social ficou à cargo de Evita, a partir da vinculação da Secretaria com a Fundação Eva Perón. Segundo a narrativa da



primeira-dama: “Quase todo o meu labor social se desenvolve na Secretaria de Trabalho e Previsão na qual ocupo um pequeno setor; e atendo meu trabalho no mesmo escritório que teve o Coronel Perón desde 1943 a 1945.” (DUARTE DE PERÓN, 2016, p. 103).

Não obstante, apesar do seu trabalho desenvolvido nesse órgão estatal, Eva ressaltava que os problemas do “movimento político feminino” não eram pautas centrais a serem resolvidas nessa Secretaria, devendo ser tratados na sede do Partido Peronista Feminino, ou em sua própria residência (DUARTE DE PERÓN, 2016, p. 105). No bojo dessa discussão, em 1947, Eva Perón – seguida pela ala feminina do Partido Peronista (PP) – deu ensejo a um movimento de mulheres que lutavam pelo direito ao voto, o qual foi conquistado pela Lei 13.010 de 23 de setembro daquele ano, garantido pela Constituição Justicialista de 1949 e posto em prática pela primeira vez nas eleições de 1951 (PALERMO, 2007). Além disso, esse movimento político de mulheres resultou na criação do Partido Peronista Feminino (PPF), em 1949.

Inicialmente, segundo a narrativa de Eva Péron, o PPF consistia numa reunião de mulheres escolhidas por ela mesma, as quais, ao seu ver, se mostravam incansáveis e candentemente peronistas. Esse partido possuía certa independência em relação ao movimento peronista, apesar de fazer parte dele (DUARTE DE PERÓN, 2016). O seu intuito era o de fazer com que as mulheres se distanciassem, o máximo possível, do fervor político e, conseqüentemente, segundo ela, não se masculinizassem. “O partido feminino que eu dirijo no meu país está vinculado logicamente ao movimento peronista, mas é independente como partido daquele que integram os homens. Isto o dispus precisamente para que as mulheres não se masculinizem no seu afã político” (DUARTE DE PERÓN, 2016, p. 289). Fica evidente uma elaboração de feminilidade na obra e, portanto, na fala oficial de Eva, que aparecia como a representação maior da mulher argentina e seus modos.

Considerando esse padrão de comportamento estabelecido por Evita como mulher pública, Barry (2016) definiu por “matrimônio governante” a liderança dupla, em casal, de Juan e Eva, reconhecida como uma construção erigida por duas forças que orbitaram em torno do poder político e, conseqüentemente, o emanaram. Examinando Eva Perón e todo o trajeto percorrido pela primeira-dama para galgar postos políticos, Barry (2016) analisou que, no peronismo, outras mulheres também se valeram da instância pública para criar redes de influência e poder. Segundo a Barry (2016, p. 200):



Essas mulheres se tornaram uma espécie de “Evas” da província. Elas imitaram o estilo da primeira-dama, o que por sua vez estimulou sua atividade nesses primeiros tempos, entre outros motivos porque muitas delas se tornaram suas operadoras políticas.⁸

Então, por intermédio da influência de Evita, algumas mulheres romperam com barreiras do poder, se inserindo, de maneira informal, na lógica da política peronista, marcadamente masculina. Eva engendrou um modelo de primeira-dama que, grosso modo, criou margens de ação e movimentação feminina, que a permitiram driblar fronteiras impostas pelo sistema político vigente.

Sobre essa organização de mulheres apresentada pelo peronismo por meio de Evita, há um silenciamento das lutas históricas a favor do sufrágio feminino na Argentina, de modo que a obtenção desse direito foi tida como uma dádiva de um Estado benfeitor, representado por Juan Perón. Assim, Evita narra: “Mil homens têm passado como ele na frente do problema mais agudo da mulher na humanidade deste século angustiado, e acredito que muito poucos deles se têm detido e o têm penetrado como ele, como Perón, até o mais íntimo” (DUARTE DE PERÓN, 2016, p. 263).

É importante refletirmos também sobre a inclusão formal das mulheres argentinas à esfera pública, bem como sobre os possíveis interesses políticos peronistas nessa iniciativa de extensão da cidadania feminina. Para Carvalho (2015), tal ampliação serviu para fortalecer as bases políticas do peronismo – o que, de certo modo, ajudaria a explicar a reeleição de Perón em 1951 – e para consolidar a figura de Eva Perón como a líder das mulheres e dos trabalhadores pobres argentinos, os *descamisados*. É importante ressaltar que, nesse contexto, Eva recebia expressivo apoio popular, especialmente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e do Partido Peronista Feminino (PPF) para aceitar a candidatura à vice-presidência do país para as eleições de 1951, o que não ocorreu devido as limitações impostas por sua doença, já em estágio avançado. Esse momento é eternizado no imaginário peronista⁹.

Eva Perón apresentou em sua obra um entendimento de que as mulheres não conseguiriam exercer atividades consideradas naturalmente masculinas, em grande parte porque suas emoções suplantavam a razão. Ela esclareceu que o sentimento era o motor que produzia e motivava a razão, e não vice-versa. E era por meio do sentimento que Evita identificava a desigualdade social como uma engrenagem forjada. Segundo ela: “Eu não pude me acostumar ao veneno




e nunca desde os onze anos achei natural e lógica a injustiça social.” (DUARTE DE PERÓN, 2016, p. 19). Seguindo tal raciocínio, a primeira-dama destacava que a inteligência nas mulheres consistia numa qualidade periférica, pois se ocultava pela centralidade e capacidade de dominação do amor. Para Evita: “Os homens não sentem nem sofrem tanto amor como nós mulheres. Isto não necessita demonstração. Neles então a inteligência cresce livremente” (DUARTE DE PERÓN, 2016, p. 74). Expondo sua concepção sobre a ‘verdadeira’ mulher, num primeiro momento Evita se dizia insegura para conduzir o movimento justicialista, já que, segundo ela, não possuía os aspectos característicos de uma feminista: não era solteira, feia e nem tinha a pretensão de ocupar posições sociais masculinas (DUARTE DE PERÓN, 2016, p. 266).

Fachin (2009), em estudo sobre “*La razón de mi vida*”, defendeu que Eva teria transgredido os padrões de uma época, conseguindo transformar-se em líder de um movimento político. O que nos é evidente, a partir da análise do livro e do contexto social da Argentina dos anos 1950, é que, apesar de ter tomado para si a função de condutora das mulheres argentinas, Eva o fez ressaltando ideais de feminilidade, ou seja, papéis, características e atributos sociais destinados e normalizados às mulheres. Para ela: “[...] a imensa maioria das feministas do mundo enquanto conheço, constituíam uma rara espécie de mulher...que nunca achei totalmente mulher” (DUARTE DE PERÓN, 2016, p. 266).

O peronismo defendia que todos os lares argentinos constituíam núcleos que ofereceriam o suporte necessário para a formação de um “[...] grande lar argentino [...]” (CARVALHO, 2015, p. 3). Se o partido peronista era um grande lar, Eva desempenhava o papel maternal (o que justifica o seu epíteto de *madre de los descamisados*), e as mulheres dessas unidades menores da nação deveriam trabalhar pela reprodução social baseada no cuidado com a casa, o marido e os filhos. Evita defendia que a conquista da cidadania feminina deveria coexistir com os lares na Argentina, isto é, com ambientes domésticos nos quais as mulheres exercessem os papéis de mãe, esposa e cuidadora. Em sua concepção, a obtenção de direitos femininos não deveria significar a secundarização das funções desempenhadas pelas mulheres no espaço privado.

Ao longo das primeiras décadas do século XX estiveram em cena debates sobre o grau de participação feminina na constituição da nação e seus aspectos de cidadania. Thébaud (1995, p. 27) ressalta que, desde a social-democrata Suécia e passando pelos regimes nazi-fascistas, houve a tentativa de “[...] ‘nacionalizar’ as suas cidadãs fazendo entrar a maternidade para o domínio público [...]”. A Itália sob o regime de Mussolini se configurou num vigoroso



exemplo de legislação que visava uma valorização social da maternidade, mais no âmbito de uma retórica do que na prática. Campanhas com jovens mães sorrindo, cartazes mostrando um pai trabalhador e uma mãe feliz que se ocupa dos filhos, o implemento de medidas como isenções fiscais para famílias numerosas, licenças de parto e seguros de maternidade, são algumas das medidas adotadas na Itália no período de Mussolini (GRAZIA, 1995)¹⁰. No entanto, a política fascista italiana era acentuadamente patriarcal e reforçava o controle social do lar pelo homem. As políticas de exaltação social da maternidade, levaram, em geral, ao recrudescimento de laços patriarcais (GRAZIA, 1995).

Na Argentina, para evitar que as mulheres desperdiçassem muito tempo na esfera pública, Evita sugeriu: “Penso que começaria por designar a cada mulher que se casa uma quantia mensal desde o dia de seu matrimônio” (DUARTE DE PERÓN, 2016, p. 279). Nessa proposta, as mulheres receberiam um ‘salário’ para exercerem papéis dentro do lar, o que representaria, segundo Evita, uma forma de independência feminina, pois não empurraria as mulheres ao mercado de trabalho, e conseqüentemente distantes da família. Isto é, reafirmando os entendimentos normalizados da mulher circunscrita à esfera doméstica, como apontou Perrot: “Aos homens o público, cujo centro é a política. Às mulheres, o privado, cujo coração é formado pelo doméstico e a casa” (PERROT, 2005, p. 459).

Ao exercer a cidadania na esfera pública, as mulheres teriam a responsabilidade moral de fazê-la prezando pela transferência, do âmbito privado para o público, das virtudes consideradas tipicamente femininas (doçura, cuidado, sensibilidade, e etc.). Segundo a narrativa de sua obra, para Evita o ser mulher significava o suposto dom feminino em dedicar-se aos cuidados com o espaço doméstico e todos os seus elementos (filhos, marido, etc.). Essa noção retirava delas, então, a possibilidade de serem vistas como protagonistas na esfera pública.

Todos os dias milhões de mulheres abandonam o campo feminino e começam a viver como homens. Trabalham quase como eles. Preferem, como eles, a rua à casa. Não se resignam a ser mães nem esposas [...]. Isso é ‘feminismo’? Eu penso que deve ser mais bem o masculinizar de nosso sexo (DUARTE DE PERÓN, 2016, p. 273).

Para Miguel e Biroli (2014), a compreensão que coloca público e doméstico



em dois polos distintos pode ser percebida como uma tentativa de suprimir o caráter político das atividades da vida privada. Então, se o espaço doméstico é visto como naturalmente feminino, destituí-lo de todo aspecto político significa também negar às mulheres o direito a autonomia da ocupação do espaço público como figuras políticas.

Por isso que, para Carvalho (2015), Evita se converteu numa dirigente das mulheres argentinas que, além de não contestar os papéis de gênero e nem defender a emancipação feminina, ratificava noções de feminilidade, como, por exemplo, a da lógica da essência do zelo feminino. Muito longe de transgredir os valores normativos de gênero, Evita, precisamente, valia-se deles para destacar-se e alçar maior prestígio público. Assim sendo, “Nesse momento, Evita tornou-se ícone de um ideal de feminilidade a ser seguido por mulheres argentinas, e ainda que ela desenvolvesse atividades a partir de um espaço de decisões políticas, manteve uma égide sacralizada” (BIANCHI; SANCHÍS, 1988, p. 157 *apud* CARVALHO, 2015, p. 14).

As imagens idealizadas do feminino produzidas pelas representações masculinizantes da cultura ocidental prestam-se até hoje para justificar situações de exclusão e controle da mulher. No entanto, a representação feminina também pode assumir uma conotação política que implica relações de poder e formas de controle da sociedade. A construção do mito Eva Perón encerra um significado político nesse sentido (CAPELATO, 2009, p. 296).

Embora papéis de gênero normatizados tivessem sido corroborados durante o primeiro governo peronista, entre 1946-1955, também existiram oportunidades férteis para o desenvolvimento do debate acerca da necessidade da conquista de maiores direitos para as mulheres. Apesar de Eva Perón ter compreendido que o direito ao voto abriria caminhos para a derrubada de outras barreiras que impediam as mulheres de alcançarem a cidadania, também percebia o sufrágio como um mecanismo que poderia torná-las mais mulheres. De acordo com ela:

E saberá votar ainda não seja fundamental no movimento feminino, o voto é seu instrumento poderoso e com ele as mulheres do mundo temos que conquistar todos nossos direitos... ou melhor ainda, o grande direito de ser simplesmente mulheres e cumprir assim de maneira total e absoluta, a missão que como



mulheres devemos cumprir na humanidade (DUARTE DE PERÓN, 2016, p. 271).

Para Soihet (2018), que analisa o Brasil do começo do século XX, apesar de todos os esforços dos movimentos de mulheres pela conquista do voto feminino (alcançado, no Brasil, em 1932 no código Eleitoral e em 1934 na Constituição Federal), o sufrágio em si não deu conta de emancipá-las dos ideais patriarcais que impregnavam a sociedade brasileira, pois os debates sobre a participação efetiva das mulheres na vida pública transcorreram baseados na suposta ‘natureza maternal’ das mulheres e na maternidade como elemento essencializador e aglutinador das mulheres (SOIHET, 2018, p. 232). Podemos apontar que, de forma semelhante, na Argentina, a conquista do direito ao voto em 1947 ocorreu acompanhada do discurso de que elas o fariam reproduzindo as funções que já exerciam no espaço doméstico.

Eva Perón, que se engajava pelos direitos das mulheres e a inserção delas na política, não se dizia feminista. No sentido de refletirmos sobre uma atuação contraditória de Evita, é preciso pensar certos paradoxos relacionados ao movimento feminista. Joan Scott (2002) procurou, oportunamente, demonstrar que a ideia de ambiguidade acompanhou personagens feministas ao longo do tempo – a autora analisou as biografias de quatro feministas francesas entre 1789 e 1944. A principal questão paradoxal reside na necessidade de aceitar e refutar, concomitantemente, a “diferença sexual”, isto é, o entendimento acerca da diferenciação biológica entre homem e mulher. Seguindo Scott (2002) pode-se afirmar que o feminismo se desenvolveu, especialmente, para insurgir-se contra a exclusão das mulheres da política. O paradoxo encontra-se em almejar eliminar as diferenças sexuais na política, mas falando em nome das mulheres, uma categoria surgida da própria diferenciação sexual. Paradoxalmente, defender as mulheres contra a diferença sexual é reforça-la, segundo Scott (2002). A base dessa diferença sexual é o processo de essencialização de homens e mulheres, que, como já apontado, estava presente no discurso de Eva Péron e do PPF.

Se por um lado, pareciam aceitar definições de gênero como verdadeiras; por outro, elas as recusavam. Aceitação e recusa simultâneas punham a nu as contradições e omissões nas definições de gênero que eram aceitas em nome da natureza e impostas por lei (SCOTT, 2002, p. 19).



Mesmo com a obtenção de direitos formais pelas e para as mulheres, como é o caso do voto, ainda se preservou o funcionamento de estruturas responsáveis por fabricar e reproduzir desigualdades, as quais mantinham as mulheres em posição de inferioridade de garantias político-sociais (MIGUEL, BIROLI, 2014, p. 17-18). Considerando essas relações assimétricas de poder e as concepções que reafirmam papéis sociais determinados para mulheres, é importante analisarmos como as atividades de ajuda social desempenhadas por Eva foram ancoradas no discurso da figura feminina vinculada à maternidade e aos cuidados com o próximo.

A Fundação Eva Perón

Quando se considera o início do século XX, o discurso maternalista corroborou a dicotomia das esferas sociais em público e privado, e ratificou ideais de feminilidade, como a propensão e predestinação das mulheres ao zelo com o lar, com os filhos e o esposo, e o não exercício da cidadania e de profissões que fugissem da lógica do cuidado. Em outros termos, se esse discurso maternalista, do alegado dom feminino para os cuidados com os outros, havia concentrado as mulheres no âmbito doméstico, ele passou a ser usado num movimento contrário para coloca-las na esfera pública, exercendo profissões relacionadas à sua suposta ‘natureza feminina’, como a docência, a enfermagem e a assistência social (MOTT, 2001, p. 211).

Nesse sentido, cabe a reflexão de que, na Europa, desde os anos finais do século XIX, avançando contundentemente até o fim da Segunda Guerra Mundial, haviam os movimentos feministas maternalistas, isto é, organizações que partiam do “[...] pressuposto de que a maternidade não era meramente um ‘problema específico’ ou uma questão isolada, mas antes a condição unificadora do sexo feminino” (BOCK, 1995, p. 437). Então, caso as mulheres tivessem que acessar os espaços e os direitos políticos, deveriam fazê-lo reproduzindo esse discurso maternalista, ou seja, os referências de sua dita predestinação e inclinação à maternidade (MOTT, 2001). Havia, contudo, um limite para a completa inserção e participação da mulher nos espaços públicos. Essa fronteira estava em não abrir mão da feminilidade nem da maternidade, tampouco colocar em xeque sua moral e reputação, imiscuindo-se em situações que poderiam ser consideradas dúbias ou pouco honestas, especialmente do ponto de vista sexual.

Desse modo, um dos ambientes socialmente validados para a atuação



feminina foi a assistência social e benemerência religiosa. Considerada o lócus feminino, a filantropia ao longo do século XX foi um espaço em que as mulheres, especialmente as oriundas das classes abastadas, encontraram para atuarem sistematicamente no ambiente público e, por vezes, político (MOTT, 2001). Nesse sentido, foi criada em 8 de julho de 1948 a Fundação Eva Perón (FEP) que, entre outras coisas, trabalhava na construção de espaços que serviriam como lugares de acolhimento e amparo para pessoas desvalidas. Cita-se, à título de exemplo, o caso dos Lares de Trânsito, três no total, que ofertavam abrigo às mães solteiras e àquelas abandonadas pelos maridos (STAWSKI, 2005). Legalmente, a FEP possuía caráter privado, porém, seu surgimento se deu a partir dos subsídios da Direção Nacional de Assistência Social e da Secretaria do Trabalho e Previsão. Mesmo tendo sido idealizada já há algum tempo, a Fundação só fora instituída a partir de 1948, com a liderança de Eva Perón e o seu trabalho desempenhado no prédio da Secretaria supramencionada (STAWSKI, 2005, p. 02-03)¹¹.

Na presidência da FEP, Evita desempenhava mais do que ações relacionadas à assistência social, sendo também responsável pelas funções burocráticas, jurídicas e financeiras da organização (STAWSKI, 2005). Entretanto, com seu falecimento em 1952 essas atribuições ficaram à cargo de um Conselho de Administração, chefiado por Perón, que se encarregou de estatizar e burocratizar sua estrutura.

Em sua autobiografia, Evita explicou que a Fundação existia porque, entre outras coisas, o atendimento das demandas sociais era imprescindível, principalmente para manter viva a aliança entre o povo e Perón. Considerando, então, os diversos tipos de reivindicações populares, Eva teria tomado para si a tarefa de atender as exigências menores, e o fez desempenhando o papel de “*Madre de los descamisados*”. Segundo ela: “Assim, o povo pode ter certeza que entre ele e seu governo não existirá divórcio possível. Neste caso argentino, para se divorciar do seu povo, o chefe do governo deverá começar a divorciar-se de sua própria mulher” (DUARTE DE PERÓN, 2016, p. 84-85). Evita representava nitidamente o povo, enquanto Perón personificava o governo.

A Fundação Eva Perón engendrou-se, de acordo com Avelino (2014, p. 55), como uma terceira força no governo peronista, trabalhando conjuntamente com o Exército e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). A FEP era composta por uma ampla cadeia de hospitais, farmácias populares, escolas, abrigos, a partir dos quais Eva servia como ponte material e espiritual entre o Estado (representado por Perón) e os grupos sociais marginalizados. Sobre



a atuação da FEP, Avelino (2014, p. 60) destacou que “nas províncias foram construídas mil escolas, e foi criada a Cidade Infantil, adaptada ao tamanho de seus habitantes, crianças de dois a sete anos, onde os pequenos seres sentiam-se em um mundo seu, feito às suas medidas”. Nesse sentido, Capelato (2009, p. 71), oportunamente, observa que:

O nível de vida melhorou consideravelmente no primeiro governo peronista, mas a felicidade coletiva não se limitava aos aspectos materiais. A propaganda política surtia efeito quando procurava transmitir a sensação de proteção que o governo oferecia. As mensagens propagandísticas martelavam a idéia de que Perón salvara o país de muitos perigos: comunismo, imperialismo, oligarquias, velhos políticos. A satisfação com o presente e o otimismo em relação ao futuro advinham de um sentimento de segurança em relação ao poder político que, pela primeira vez, se dirigia a esses setores da sociedade, dignificando o trabalho e valorizando sua função social.

O trabalho de Eva Péron consistia em atender às necessidades dos *descamisados* que recorriam à FEP. Esse auxílio poderia ser também espiritual, especialmente por intermédio de conselhos e orações, o que explica a sua designação de “Chefe Espiritual da Nação” (AVELINO, 2014, p. 57). Eva narrou que nas tardes de ajuda social, ocorridas principalmente na Secretaria de Trabalho e Previsão, exercia a função de colaboradora material e espiritual e que as suas atividades se prolongavam até à noite, o que, segundo sua percepção, era um esforço necessário já que seu trabalho era no front juntamente como os *descamisados*. “Acabo sempre tarde meu trabalho nestes dias de ajuda social. Muitas vezes já não circulam metrô, nem trens, nem certas linhas de transvias ou de ônibus” (DUARTE DE PERÓN, 2016, p. 192).

É possível afirmar que o peronismo, com a atuação de Eva, distribuiu pensão a idosos com mais de 60 anos, e, no que concerne à saúde, entre os anos de 1951 e 1955, construiu treze policlínicas responsáveis por atender crianças, idosos e mulheres, grupos mais vulneráveis no país (STAWSKI, 2005). A visibilidade de Eva chamaria a atenção também dos desafetos e inimigos políticos do peronismo, pois, segundo aponta Díaz (2005, p. 85), o espaço social adquirido por essa instituição serviu como mote para que a Sociedade de Beneficência, organização de mulheres da elite, responsável até aquele período por articular obras filantrópicas na Argentina, alimentasse a hostilidade que possuía em

relação a Evita. De forma semelhante, Carballeda (1995) analisa que:

É importante também levar em conta que a Fundação ocupa o lugar que havia tido até então a Sociedade de Beneficência. Levantada com uma clara postura crítica em relação a isso, apoiada em mudar a concepção de caridade ou filantropia pela a de dignidade, direitos sociais e ajuda social específica (CARBALLEDA, 1995, p. 03)¹²

Mesmo em meio a tal aversão, Eva, conforme Silva (2010) esclarece citando Balmaceda, prezava pelo seu trabalho de ajuda social direcionado às populações marginalizadas do país.

Propôs ao marido que algo fosse feito para a população pobre, demonstrando sua preocupação social e política: “Devemos fazer trabalhos do governo para que os descamisados saibam que o poder lhes pertence.” (Balmaceda, 2003, p.174). Concordou Perón, contanto a esposa se ocupasse com os descamisados e ele, com o poder. “Bem, Evita, me parece bom. Você cuida dos descamisados. Do poder e dos oligarcas me ocupo eu (SILVA, 2010, p. 68)¹³

Então, para a primeira-dama a prioridade seria o cuidado com os *descamisados*, o que para Perón, perceptível na citação acima, se configurava como um trabalho periférico e dotado de menor valor e sentido político. Embora Eva Perón desempenhasse um papel de grande importância no projeto político do peronismo, suas ações seriam vistas como secundárias, já que, pautadas na lógica do zelo, imitariam funções consideradas típicas do espaço privado, como a de ser mãe.

Na narrativa apresentada em sua autobiografia, Evita pareceu considerar que o seu trabalho de ajuda social estava inexoravelmente ligado à busca por justiça social, o que se diferenciava das atividades desenvolvidas pelas damas da Sociedade de Beneficência que, segundo ela, estavam apenas preocupadas com a sua autopromoção e não com o cuidado com os mais necessitados. Conforme apontou: “Eu não faço outra coisa que devolver aos pobres o que todos os demais lhe devemos porque tinha sido tirado deles injustamente” (DUARTE DE PERÓN, 2016, p. 183). Ao narrar suas perspectivas, Evita pareceu ignorar os efeitos que essas atividades possuíam na repercussão tanto social quanto política de sua imagem.

O peronismo colocava-se como direcionado a atuar pelo fim da exploração



do trabalhador, de modo que os indivíduos pudessem gozar do bem-estar proporcionado pelas conquistas sociais. Para Eva, o objetivo do Justicialismo em relação ao movimento trabalhista era o de “[...] fazer desaparecer a luta de classes e substituí-la pela cooperação entre capital e trabalho” (DUARTE DE PERÓN, 2016, p. 121). O trecho de *La razón de mi vida* evidencia uma ideia de transformação controlada e mediada pelo Estado. Segundo a primeira-dama, sua luta era pelo fim da proletarização e exploração dos trabalhadores, de modo que sua posição fosse ao lado deles e não ao dos patrões.

Todavia, o peronismo pode ser caracterizado como uma amálgama entre uma política assistencialista e práticas de ajuda sem fundamentação no direito social. Enquanto a primeira versa sobre a materialização de políticas públicas voltadas para a criação de mecanismos favoráveis à proteção e seguridade social – como é o caso da extensão de conquistas trabalhistas –, as segundas, segundo Eva, tinham a justiça social como finalidade (DUARTE DE PERÓN, 2016, p. 238). Em passagem de *La razón de mi vida*, Evita esclareceu que ela e Perón distribuíram cinco milhões de sidras e panetones durante o natal de 1950¹⁴. A primeira-dama explicou:

De alguma maneira, queremos estar na mesa familiar dos argentinos. Temos escolhido essa maneira porque achamos que era a mais cordial e a mais digna. Um presente, por mais rico que seja, às vezes magoa. Mas uma lembrança quanto mais simples, parece que carrega mais amor. Isto é o que queremos levar a cada lar argentino com nossa sidra e o nosso panetone (DUARTE DE PERÓN, 2016, p. 216).

Ela admitia, então, que o seu trabalho era direcionado ao atendimento das demandas das populações mais carentes da Argentina. Em sua narrativa, Eva pareceu negligenciar que seus serviços contribuíram para o enrijecimento do projeto político de seu esposo, pois isto seria uma consequência e não o motor de suas iniciativas. Segundo ela: “Além disso, Perón já não precisava mais de votos. O único que eu posso procurar com minhas obras é que seus votos por Perón tenham uma razão a mais: aquela do agradecimento” (DUARTE DE PERÓN, 2016, p. 223).

Apesar disso, para Silva (2010), Eva enxergou nesses lócus de poder uma oportunidade de promover-se no âmbito público, o que talvez não seria possível para outras mulheres. Evita deu atenção a questões que não eram priorizadas



por Perón, de modo que, como figura feminina, agiu de forma estratégica num governo eminentemente masculino, e encontrou projeção a partir da corroboração de papéis de gênero. Capelato sobre a atuação de Eva no projeto peronista destacou que:

Sua capacidade de liderança era inquestionável; a profissão de artista explica sua desenvoltura diante das massas, seu grande público. Além disso, seus dotes físicos tornavam-na especialmente dotada para a representação da feminilidade ideal, expressão do bem, do bom e do belo (CAPELATO, 2009, p. 297).

Não obstante, para que sua participação fosse admitida e aceita nesse projeto, a narrativa de Eva Perón ratificou a sua obediência e dependência em relação à Perón, o que ficou registrado em algumas passagens de sua autobiografia.

Casamento e o discurso de submissão

Eva Duarte casou-se com Juan Domingo Perón em 1944, aos 25 anos de idade. Em suas memórias, afirmou que sua vida só começou de verdade ao encontrar seu esposo, quem ela considerava ser um homem magnífico, destinado ao esplendor e a feitos grandiosos que resultariam na Revolução argentina (DUARTE DE PERÓN, 2016).

Figura 1 - Eva, em sua residência, sentada ao lado de Perón e um animal de sua estimação.



Fonte: DUARTE DE PERÓN, 2016, p. 26.



A foto acima, que consta em sua biografia, apesar de não ser datada, oferece referências acerca da mensagem que a primeira-dama objetivava transmitir, pois apresenta a seguinte legenda: “Todos, ou quase todos, temos na vida um ‘dia maravilhoso’. O meu foi aquele dia em que minha vida coincidiu com a vida de Perón” (DUARTE DE PERÓN, 2016, p. 26)”. A fotografia revela um momento de privacidade do casal, mostrando Eva com seus cabelos soltos, sorridente, ao lado de Perón e um cachorro. Além de, obviamente, enaltecer Juan, Evita ainda buscava demonstrar seu laço de intimidade com seu esposo, evidenciado por sua aparente alegria, pelo ambiente doméstico e pela leveza manifestada pela ausência de seu famoso coque nos cabelos¹⁵.

A sua admiração por Perón apareceu em vários trechos de sua obra, nos quais Evita reafirmava que o presidente não era nada menos do que um herói das grandes histórias da humanidade:

Eu viele aparecer, desde o mirante da minha velha inquietude interior. Era evidentemente diferente de todos os demais. Outros gritavam ‘fogo’ e mandavam avançar. Ele gritava ‘fogo’ e avançava ele mesmo, decidido e tenaz numa direção única sem duvidar ante nenhum obstáculo (DUARTE DE PERÓN, 2016, p. 34).

Para ela, Perón era um personagem notado e acreditado primeiramente pelos pobres, os quais eram a razão de sua luta. Dessa forma, abraçar a causa da ajuda social, além de ser um ato de amor e doação aos trabalhadores, também era uma forma de compensação de Eva à Juan por ele ter confiado em sua competência (DUARTE DE PERÓN, 2016, p. 47).

Não se estranhe, pois quem buscado nestas páginas meu retrato encontre mais bem a figura de Perón. **É que – o reconheço – eu tenho deixado de existir eu mesma e é ele quem mora na minha alma, dono de todas as minhas palavras e dos meus sentimentos, senhor absoluto do meu coração e da minha vida** (DUARTE DE PERÓN, 2016, p. 60, grifo nosso).

Justamente pela posição de centralidade em que Eva colocava Perón – e, conseqüentemente, de marginalidade em que se localizava –, é que ela apontava que intitular de feminista o movimento de mulheres por ela liderado pode ter sido um tanto incoerente, já que a bandeira dessa organização era um homem: Juan Perón. Sobre isso, ela indicou alguns questionamentos: “- Como você vai



– diziam – dirigir um movimento feminista se está fanaticamente apaixonada pela causa de um homem? Não reconhece assim a superioridade total do homem sobre a mulher? Não é isto contraditório?” (DUARTE DE PERÓN, 2016, p. 61).

Não obstante, para Eva o feminismo está diretamente relacionado à essência feminina de se entregar a um homem e sua causa, exatamente o que ela fazia pelo presidente. Devotada ao projeto de Perón, Evita apresentava-se como uma sombra de seu esposo, sempre disposta a trabalhar por sua doutrina. Para ela: “[...] meu grande dever consiste em cuidar as costas de um homem e de sua causa” (DUARTE DE PERÓN, 2016, p. 72).

Mesmo com tal discurso de coadjuvação, Eva ressaltou em uma passagem a sua pretensão em conquistar espaço na história argentina, objetivo que alcançou reafirmando papéis supostamente destinados ao espaço privado: “Sim. Confesso que tenho uma ambição pessoal: gostaria de que o nome de Evita figurasse alguma vez na história da minha Pátria.” (DUARTE DE PERÓN, 2016, p. 95). Ainda que desejando tal objetivo, tinha em seus discursos a certeza de que Juan era o líder supremo do peronismo. Além de declarar a sua posição coadjuvante quando comparada à Perón, Evita ratificava que era intelectualmente inferior e menos competente. Sobre as atividades desenvolvidas no Ministério de Trabalho e Previsão, Eva citou:

Ali onde ele dava uma lição magistral, eu apenas balbucio. Onde ele solucionava um problema com quatro palavras, eu fico às vezes uma semana inteira. Onde ele via eu apenas que vislumbra. É ele que é o condutor. Eu sou tão só uma sombra de sua presença superior (DUARTE DE PERÓN, 2016, p. 114).

Estrategicamente ou não, Eva Perón corroborava quais os espaços e papéis que deveriam ser ocupados pelas mulheres, inclusive por ela mesma. Porém, em meio a isso, é inegável considerar que a primeira-dama conquistou visibilidade como figura pública na esfera política argentina, principalmente entre as populações mais pobres do país, refletindo a importância sócio-histórica da figura da primeira-dama. Torres (2002) apresenta uma análise bastante contundente sobre o papel da primeira-dama na política brasileira, reflexões que emprestaremos para pensarmos as dimensões da figura de Evita.

A imagem que se constrói em torno das primeiras-damas (ou rainhas e princesas consortes) como mulheres abnegadas, vocacionadas e sensíveis às causas sociais também contribui para a aceitação e prestígio delas junto aos



setores subalternizados, a quem, em geral, são dirigidas as suas ações. Nessa perspectiva, o poder instituído não aparece como um aparelho repressivo, mas como uma prática social de dominação e de espoliação dos usuários dos serviços sociais desenvolvidos pelas primeiras-damas. É também importante a observação de que as práticas sociais paternalistas são, inexoravelmente, mecanismos de arrefecimento de conflitos sociais (TORRES, 2002, p. 25). Torres também destaca que houve um deslocamento do papel do Estado para o voluntariado feminino, quase sempre liderado pelas primeiras-damas. Tal transferência se faz com propósitos políticos, no sentido de cativar as camadas populares, concepção bastante ligada ao paternalismo político e ao assistencialismo filantrópico.

Dentro desse processo, muitas das primeiras-damas foram construindo e elaborando suas próprias redes de poderes que, amiúde, transcenderam a expectativa inicial do poder local. Os exemplos fornecidos por Torres (2002) são, propriamente, os que já apresentamos, Darcy Vargas e Evita Péron, cujas atuações no primeiro-damismo são contemporâneas entre si. Sobre Eva Péron, Torres (2002, p. 89) salienta que ela “Exerceu o assistencialismo sem limites, de forma degradante e demagoga que ia da distribuição de simples objetos, passando por casas próprias até o derramamento de cédulas de valor financeiro”. Tanto a Evita quanto a Darcy, a autora percebe como uma extensão do poderio dos maridos-presidentes. Como já observado, Perón e Vargas, que centralizavam suas ações políticas em medidas voltadas aos trabalhadores, valiam-se do apelo popular das atividades de suas esposas para a consolidação de suas políticas e imagens junto às camadas populares. Segundo a autora, o Estado articula um novo modelo de dominação política, agora pautada no assistencialismo à cargo da primeira-dama.

A percepção de Torres (2002) não se equivoca quanto ao uso político da imagem da primeira-dama. Sendo ela a boa e benemerente mulher, sua imagem está automaticamente colada a de seu marido e, portanto, do governo. Simili sobre a atuação de Darcy Vargas apontou que: “Pode-se afirmar, no que diz respeito ao governante, que Darcy Vargas colaborou com Getúlio em sua trajetória política muito além, talvez, daquilo que ele próprio urdiu e percebeu” (SIMILI, 2008, p. 64). Concordamos com Simili e salientamos que, certamente, Evita extrapolou o papel pensado para ela por Perón, e que ela conseguiu o que almejava: marcar seu nome na História.



Considerações Finais

Eva Perón faleceu em 1952, vítima de um câncer de útero e, portanto, seus posicionamentos políticos não podem ser compreendidos desvinculados do contexto em que estava inserida: a Argentina da primeira-metade do século XX. Embora reafirmasse constantemente a natureza feminina para o espaço doméstico, sua atuação no projeto político do peronismo caminhou ao largo da sua narrativa, muito bem declarada nos textos e depoimentos presentes na autobiografia *La Razón de mi Vida* (1951), que deve ser percebida como um retrato do peronismo às vias de perder (para a morte) uma de suas mais importantes personagens. Assim, o livro, no qual ecoam várias vozes, fixa essas imagens de Juan Perón e Eva Péron.

No presente texto, objetivou-se mostrar que Eva Perón utilizou-se do discurso de submissão à superioridade de seu esposo Juan Perón para atuar numa esfera social e política eminentemente masculina e, portanto, permeada por noções que estabeleciam papéis e capacidades diferentes para homens e mulheres. Nesse processo, as mulheres alcançaram o direito ao voto em 1947 e as populações argentinas mais carentes receberam certo amparo estatal por intermédio de sua Fundação Eva Perón.

Evita valeu-se de um discurso de coadjuvante no processo político do peronismo para imprimir suas marcas e legados. Mesmo que seu trabalho com as mulheres e com a assistência social fosse considerado inferior, uma vez que reproduzia atividades do âmbito doméstico, ela encontrou nessas ações uma forma de conquistar proeminência política – o clamor por sua candidatura à vice-presidência é forte indício. A primeira-dama argentina evidenciou que público e privado são conectados e igualmente politizados, traços evidentes em suas posições paradoxais e completamente políticas. O fato é que o mito Eva Perón, além de ter sido apropriado e construído pelo peronismo, foi também, em parte, elaborado e engendrado pela própria Eva Perón.

Referências

AURELL, Jaume. Textos autobiográficos como fontes historiográficas: relendo Fernand Braudel e Anne Kriegel. *História*, São Paulo, v. 33, n. 01, jan./jun., 2014, p. 340-364.

AVELINO, Yvone Dias. La madre dos descamisados. Eva Perón: vida e trajetória política. *Cordis*. Mulheres na história, São Paulo, v.2, n. 13, p. 49-65, jul./dez. 2014.



BALMACEDA, Carlos. *El evangelio de Evita*. Sudamérica. 1ª edição, Buenos Aires, 2003.

BARRY, Carolina. Las otras primeras damas en la Argentina peronista: Elena Caporale de Mercante. *Confluente*, Bologna, v.8, n. 1, p. 198-214, 2016.

BOCK, Gisela. A política sexual nacional-socialista e a história das mulheres. In: THÉBAUD, Françoise (org.). *História das mulheres no ocidente*. Porto: Edições Afrontamento, 1995.v. 5. p.187-219.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGVEd., 2006.

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CARBALLEDA, Alfredo Juan Manuel. Política social, subjetividad y poder: la acción social de la fundación Eva Perón. *Margem*, São Paulo, n. 7/8, p. 1-11, abr. 1995.

CARVALHO, Jéssica Mayara de Melo. O grande lar argentino: a cidadania feminina segundo Eva Perón. In: *SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA ESTADO E DEMOCRACIA EM MUDANÇA NO SÉCULO XXI*, 1., 2015, Porto Alegre. Anais Eletrônicos. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/anais/genero/> Acesso em 06/07/2020.

DÍAZ, Martha. *Mulher e poder: o caso de Eva Perón na política Argentina*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

DUARTE DE PERÓN, Maria Eva. *La razón de mi vida*. Traducción: Gabriela Maltempo Perez. Buenos Aires: Asociación Museo Evita, 2016.

FACHIN, Paulo Cesar. *Representações da alteridade: contornos históricos e escrita do eu em La razón de mi vida*. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguagem e Sociedade) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2009.

GOMES, Ângela C. *A Invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: RelumeDumará,



1994.

GRAZIA, Victoria de. O patriarcado fascista: as mulheres italianas sob o governo de Mussolini (1922-1940). In: THÉBAUD, Françoise (org.). *História das mulheres no ocidente*. Porto: Edições Afrontamento, 1995. v. 5. p. 147-183.

GREEN, James. *Revolucionário e gay: a vida extraordinária de Herbert Daniel*. Pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

HELLER, Manuel Penella. *Evita y yo*. Emecé editores: Buenos Aires, 2019.

LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LUCIANI, María Paula. El área de trabajo y previsión em el estado peronista (1943-1955). *Estudios Sociales del Estado*, Buenos Aires, v. 3, n. 6, p. 11- 40, 2017.

MONTERO MENDO, Valme. *Relaciones publicas y diplomacia: la etiqueta en la visita a España de Eva Perón (1947)*. 2017. Trabajo de Fin de Grado – Universidad de Sevilla, Sevilla, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOTT, Maria Lúcia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). *Cadernos Pagu*, Campinas, v.16, p. 199-234, 2001.

ORTIZ, Alicia Dujovne. *Eva Perón: a madona dos descamisados*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1997.

PALERMO, Silvana A. *Quiere el hombre votar, quiera la mujer votar: género y ciudadanía política en Argentina (1912-1947)*. 2007. Disponível em: http://www.unsam.edu.ar/escuelas/politica/centro_historia_politica/material/palermo.pdf. Acesso em: 09/04/2020.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005.

RAGO, Margareth. Autobiografia, gênero e escrita de si: nos bastidores da pesquisa. In: AVELAR, Alexandre de Sá. SCHMIDT, Benito Bisso (org.). *O que pode a biografia*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

SÁ, Cristina. Construção da “Peronização” na Argentina: da Secretaria do



Trabalho e Provisão à presidência da República. *História Revista*, Goiânia, v. 21, n. 3, p. 88–109, set./dez. 2016.

SCHMIDT, Benito. Gilda e Lila: duas maneiras de ser mulher e comunista em Porto Alegre nas décadas de 1940 e 1950. *História Oral*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 9-32, jul./dez. 2006.

SCHMIDT, Benito. Os múltiplos desafios da biografia ao/à historiador/a. *Revista Diálogos*, Maringá, v.21, n.2, p. 44-49, 2017.

SCOTT, Joan W. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

SIMILI, Ivana. *Mulher e política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

SILVA, Bruno Sanches Mariante. *Assistência e modernidade nos boletins da Legião Brasileira de Assistência (1945 – 1964)*. 2018. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2018.

SILVA, Lianzi dos Santos. *Mulheres em cena: as novas roupagens do primeiro damismo na assistência social*. 2020. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Wilton L. Espelho de palavras: escrita de si, autoetnografia e ego-história. In: SCHMIDT, Benito; AVELAR, Alexandre (org.). *Grafia da Vida*. São Paulo: Letra e Voz, 2012. p. 39-63.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018. p. 218-237.

SOIHET, Rachel. Mulheres e biografia. Significados para a História. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v.9, n. 1, p. 1-16, 2003.

SOUZA, Renata A. Melki de. *A imagem de Eva: o governo peronista*. São Paulo, 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

STAWSKI, Martín. El populismo paralelo: política social de la Fundación Eva Perón (1948-1955). In: Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes, 10., Rosario, 2005.



Anais [...]. Rosario: Universidad Nacional del Rosario, 2005. p. 1-20.

THÉBAUD, Françoise. Introdução. In: THEBAUD, Françoise (org.). *História das mulheres no ocidente*. Porto: Edições Afrontamento, 1995.v. 5. p.09-29

TORRES, Iraildes Caldas. *As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder*. São Paulo: Cortez, 2002.

ZIMMERMANN, Tânia R.; MEDEIROS, Márcia M. de. Biografia e gênero: repensando o feminino. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v.9, n.1, p.31-44, 2004.

Notas

¹Doutor em História (UNESP) e Pós-doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá, bolsa PNPd. Membro do LA-MODA/CNPq, Laboratório de Estudos e Pesquisa em História, Moda e Cultura. bruno_sanches1987@hotmail.com

²Graduada em História e mestre e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Membro do LA-MODA/CNPq, Laboratório de Estudos e Pesquisa em História, Moda e Cultura.

³A morte de Eva Perón, em 1952, foi acompanhada de um funeral sem precedentes (CAPELATO, 2009). Criou-se uma verdadeira mítica em torno de sua atuação social e política e de seu corpo, que fora embalsamado e exposto à admiração pública. Em razão das mudanças na política argentina, seu esquife fora transportado para Espanha e depois novamente trazido à Argentina. Seu corpo repousa hoje no mausoléu da família Duarte no Cemitério da Recoleta em Buenos Aires, onde recebe grande monta de visitantes. Além de museus e bustos em sua homenagem, o rosto de Evita estampa as faces norte e sul do edifício do Ministério de Obras Públicas na Avenida de Mayo em Buenos Aires, além de ainda ilustrar as cédulas 100 pesos argentinos, atualmente em substituição por outro modelo.

⁴Segundo Capelato (2009, p. 61) “o termo perdeu o sentido pejorativo original, sendo dignificado à condição de “amigo do líder”. Descamisado significava, genericamente, povo, massa, mas com o peronismo adquiriu sentido diverso”.

⁵Green (2018) ao narrar a vida de Herbert Daniel enfatizou que suas memórias foram menos repercutidas entre a esquerda brasileira, que atuara na militância contra o regime militar (1964-1985), em razão de Herbert ser gay e contar suas aventuras sexuais em Paris durante o seu exílio.

⁶Recentemente, o filho de Manuel Penella lançou livro contando a história do pai e a relação dele com o casal Perón, revelando a desfiguração que o texto original do livro sofrera após a revisão de Perón. Este apontava uma narrativa excessiva íntima e muito focada na miserabilidade do povo argentino. HELLER, Manuel Penella. *Evita y yo*. Emecé editores: Buenos Aires, 2019.

⁷Segundo Capelato (2009, p. 309-310): A geração dos anos [19]50 jamais poderia esquecer Evita, pois foi por intermédio dela que as crianças argentinas tomaram contato com as



primeiras letras do alfabeto: o “Livro de Leitura Inicial” intitulado *Privilegiados* abre-se com um retrato emoldurado de Eva e as primeiras letras que o aluno aprendia a soletrar eram as de seu nome “Eva”, “Vi a Eva”.

⁸Tradução dos autores do original: “Estas mujeres se transformaron en una suerte de “Evas” de provincia. Imitaban el estilo de la Primera Dama, que a su vez estimuló su actividad em estos tempos iniciales, entre otras razones porque muchas de ellas se convirtieron en sus operadoras políticas.” Agradecemos ao parecerista anônimo pela indicação dos estudos de Carolina Barry sobre Eva Péron.

⁹No Museu Eva Perón em Buenos Aires há um setor com vídeos de grande comoção popular sobre esse momento de uma possível chapa Péron-Péron à presidência.

¹⁰Itália se premiava com uma medalha a mãe com cinco ou mais filhos, prática semelhante ocorria na França.

¹¹São vastos os trabalhos na historiografia brasileira sobre as aproximações entre o Peronismo na Argentina e o Varguismo no Brasil, sendo os de Gomes (1994) e Capelato (2009) referências. No entanto, queremos apontar outro ponto de fulgural similitude: a atuação das primeiras-damas de ambos os países na assistência social por meio de instituições por elas criadas e presididas. Assim como a FEP, no Brasil foi criada em 1942 a Legião Brasileira de Assistência (LBA) pela então primeira-dama da nação Darcy Vargas. Inicialmente destinada a amparar as famílias dos soldados brasileiros enviados ao combate na Segunda Guerra Mundial, a LBA existiu por mais de 50 anos, bastante concentrada na assistência à maternidade e à infância e, quase sempre, presidida pelas primeiras-damas do país. Assim como FEP, a LBA era uma fundação de caráter privado, mas que, no entanto, recebia repasses de verba do governo federal. Sobre a atuação da LBA: Silva (2018); Simili (2008).

¹²Tradução dos autores a partir do original: “Es importante tener em cuenta además que la Fundación ocupa el lugar que había tenido hasta entonces la Sociedad de Beneficencia. Planteada com una clara postura crítica hacia ésta, apoyada em cambiar la concepción de caridade o filantropia por la de dignidade, derechos sociales y ayuda social específica.”

¹³Tradução dos autores a partir do original: Propôs ao marido que algo fosse feito para a população pobre, demonstrando sua preocupação social e política. “*Debemos hacer obras de gobierno para que los descamisados sepan que El poder es de ellos*”. (Balmaceda, 2003, p. 174). Concordou Perón, contanto que a esposa se ocupasse com os descamisados e ele, com o poder. “*Bueno, Evita, me parece bien. Vos ocupate de los descamisados. Del poder y los oligarcas me ocupo yo*”.

¹⁴Prática semelhante era desenvolvida no Brasil pela LBA. Chamado de “Natal dos pobres” a iniciativa distribuía alimentos e presentes às famílias, especialmente, às crianças. Algumas edições foram até mesmo realizadas no Estádio do Maracanã para comportar da logística (SILVA, 2018).

¹⁵Os cabelos de Evita tornaram-se um grande símbolo da primeira-dama. Quando de sua viagem à Espanha “As jovens pintaram o cabelo de loiro como ela e pediram aos cabeleireiros ‘o coque em formato trançado e redondo de Evita’ (tradução dos autores a partir do original: Las jóvenes se teñían el cabello de rubio como ella y pedían a sus peluqueros «el moño en forma de rodete de Evita»”(MORATÓ, 2011 apud MONTERO MENDO, 2017, p. 15).